

# **CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.**

Relatório e Contas  
31 de Dezembro de 2006

**CENTRAR – CENTRO DE SERVIÇOS DE GESTÃO, S.A.**

RUA MANUEL PINTO DE AZEVEDO, 272 • APARTADO 8032 • 4109-601 PORTO • TEL. 220 003 400 • FAX 220 003 419 • e-mail:centrar@rar.pt • <http://centrar.rar.pt>

SEDE SOCIAL: RUA DO PASSEIO ALEGRE, 624 4169-002 PORTO • CAPITAL SOCIAL EUR 250 000 • MATRIC. C.R.C. PORTO Nº 11 300 • N.I.P.C. 505 807 912

## **ÍNDICE**

<b>RELATÓRIO DE GESTÃO</b>	<b>2</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>5</b>
<b>ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS</b>	<b>10</b>
<b>CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS</b>	<b>29</b>
<b>RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO</b>	<b>31</b>

## **RELATÓRIO DE GESTÃO**

## RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2006

Senhores Accionistas

Em cumprimento da Lei e dos Estatutos, vem o Conselho de Administração da Centrar, S.A. apresentar o seu Relatório de Gestão e as Contas do Exercício de 2006.

### 1. INTRODUÇÃO

A Centrar iniciou a sua actividade no ano de 2002 e garante as funções de gestão administrativa e financeira na generalidade dos seus clientes, desenvolvendo, complementarmente, a actividade de suporte e manutenção de meios informáticos.

### 2. ACTIVIDADE

No ano de 2006, ainda que se tenha registado uma ligeira redução nos contratos de serviço em vigor, com um impacto nas vendas de cerca de 1%, é na actividade de consultoria SAP que se regista a maior quebra, que se explica por uma diminuição pontual do número de técnicos da Centrar afectos a esta área.

Por tal facto, o volume de negócios apurado foi de 2,1 milhões de euros, apresentando um desvio negativo de 5,7% face ao ano transacto, ainda que se tenha continuado o esforço no sentido de promover a prestação de serviços a novos clientes.

O comportamento da despesa, nomeadamente, dos Fornecimentos e Serviços Externos e dos Custos com Pessoal, expressou, parcialmente, a redução de actividade, com reduções totais de 2,6%, não impedindo, no entanto, que os Resultados Operacionais se tivessem deteriorado, face a 2005, atingindo valores negativos de cerca de 42 mil euros.

Dando continuidade ao plano de formação que implementou em 2005, foram realizadas mais de cerca de três mil horas de formação, com o objectivo de dotar a organização com os meios de resposta cada vez mais exigentes, impostos pelo mercado.

Ao investir uma semana e meia de formação por colaborador, por ano, sublinha-se o empenho com que a empresa encara a preparação dos seus colaboradores para os desafios futuros, os quais, previsivelmente, serão cada vez mais exigentes.

A estratégia em curso de alargamento da base de clientes, já referida no Relatório de 2005, determinou o desenvolvimento de um Modelo de Gestão Comercial que permitisse a criação de condições orgânicas capazes de promover uma actuação mais pró-activa na promoção dos serviços ao exterior, assim como, desenvolver novas linhas de serviço capazes de responder a necessidades adicionais dos clientes existentes.

O Inquérito de Satisfação de Clientes, que a Centrar realiza anualmente, voltou a apresentar melhores resultados face aqueles obtidos em exercícios anteriores, em cumprimento de alguns objectivos previamente traçados. Este tipo de inquéritos é um factor de melhoria contínua, uma vez que leva a uma melhor compreensão das expectativas dos clientes, obrigando-nos a um esforço permanente na prossecução de um serviço de excelência.

Em 2006, a Centrar realizou investimentos totalizando 278 mil euros, com uma componente importante de investimentos na área de sistemas de informação, dirigida essencialmente para a modernização de infra-estruturas e visando a melhoria das linhas de serviço que garante.

### 3. PERSPECTIVAS FUTURAS

O esforço de focalização no objectivo de crescimento da actividade para fora do universo existente, que se procurou desenvolver durante o ano de 2006, não teve a esperada concretização de contratos adicionais.

No entanto, o contínuo desenvolvimento de competências internas para realização dos serviços que presta, coloca a Empresa em condições privilegiadas para garantir consistência numa oferta alargada, razão suficiente para continuar a apostar num crescimento orgânico suportado numa forte actividade promocional.

Assim, e com a convicção de que se trata de uma área de negócios em expansão, passível de, a prazo, merecer a atenção de empresários de médias empresas, decorre a reestruturação orgânica necessária para a criação de uma área específica com funções estritamente comerciais, com a qual se prevê, durante o ano de 2007, realizar novos contratos de prestação de serviços.

Adicionalmente, desenvolvem-se novas linhas de serviço, passíveis de constituir um natural alargamento da relação já existente com os actuais clientes, correspondendo esta via, também, a um esperado aumento do actual volume de negócios.

### 4. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Resultado Líquido do exercício, foi positivo em 2.319 euros, propondo-se a sua transferência para a conta de Resultados Transitados.

### 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dando cumprimento ao disposto no número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais, refere-se que a RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A., detém 100% do capital social da empresa.

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos.

Finalmente, o Conselho de Administração, vem registar o seu apreço e agradecimento, pelo empenho e dedicação de todos os colaboradores, assim como a todas as entidades que, de alguma forma, lhe dispensaram colaboração e apoio.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

O Conselho de Administração:

José Pedro Macedo Trindade  
Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos  
José Henrique Pinto dos Santos

## **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

ACTIVO	Notas	2006	2005
<b>ACTIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Imobilizações corpóreas	4	491.880	471.045
Imobilizações incorpóreas	5	127.359	218.546
Activos por impostos diferidos	6	10.386	18.329
Total de activos não correntes		629.625	707.920
<b>ACTIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	7	117.204	207.233
Outras dívidas de terceiros	7	169.281	198.765
Outros activos correntes	8	16.463	14.825
Caixa e equivalentes de caixa	9	3.556	7.980
Total de activos correntes		306.504	428.803
Total do activo		936.129	1.136.723
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	10	250.000	250.000
Prestações suplementares		600.000	600.000
Resultado transitados		(612.398)	(645.218)
Resultado líquido do exercício		2.319	32.820
Total do capital próprio		239.921	237.602
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de longo prazo	11	84.620	117.656
Credores por locações financeiras	12	115.869	37.202
Passivos por impostos diferidos	6	17.891	13.743
Total de passivos não correntes		218.380	168.601
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos bancários de curto prazo	11	37.033	227.737
Credores por locações financeiras	12	81.180	114.483
Fornecedores	13	51.556	86.833
Outras dívidas a terceiros	14	22.574	1.592
Estado e outros entes públicos	14	97.617	113.694
Outros passivos correntes	15	187.868	186.181
Total de passivos correntes		477.828	730.520
Total do capital próprio e passivo		936.129	1.136.723

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	2006	2005
Proveitos operacionais:			
Prestações de serviços	19	2.100.670	2.228.684
Outros proveitos operacionais	20	<u>38.308</u>	<u>4.164</u>
Total de proveitos operacionais		<u>2.138.978</u>	<u>2.232.848</u>
Custos operacionais			
Fornecimentos e serviços externos	21	531.095	570.602
Custos com o pessoal	22	1.330.859	1.340.473
Amortizações e depreciações	4 e 5	308.978	338.303
Outros custos operacionais	23	<u>9.928</u>	<u>1.634</u>
Total de custos operacionais		<u>2.180.860</u>	<u>2.251.012</u>
Resultados operacionais		(41.882)	(18.164)
Proveitos e ganhos financeiros			
Proveitos e ganhos financeiros	24	1.072	5.232
Custos e perdas financeiras	24	<u>10.791</u>	<u>9.762</u>
Resultado antes de impostos		(51.601)	(22.694)
Imposto sobre o rendimento			
Imposto sobre o rendimento	25	<u>(53.920)</u>	<u>(55.514)</u>
Resultado líquido do exercício		<u><u>2.319</u></u>	<u><u>32.820</u></u>
Resultados por acção			
Básico	26	<u>0,01</u>	<u>0,13</u>
Diluído	26	<u><u>0,01</u></u>	<u><u>0,13</u></u>

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005

(Montantes expressos em Euro)

<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>	<u>Notas</u>	<u>2006</u>	<u>2005</u>
Recebimentos de clientes		2.190.699	2.168.895
Pagamentos a fornecedores		356.483	468.324
Pagamentos ao pessoal		1.340.441	1.314.833
Fluxos gerados pelas operações		493.775	385.738
(Pagamento)Recebimento do imposto sobre o rendimento		58.721	64.179
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à actividade operacional		(258.253)	(307.918)
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u>294.243</u>	<u>141.999</u>
 <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Imobilizações corpóreas		47.162	9.499
Juros e proveitos similares		1.072	7.232
		<u>48.234</u>	<u>16.731</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Imobilizações corpóreas			64.353
Imobilizações incorpóreas		12.235	54.624
Variação dos empréstimos concedidos			(400.000)
		<u>12.235</u>	<u>(281.023)</u>
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>35.999</u>	<u>297.754</u>
 <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		776	-
		<u>776</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		-	-
Amortizações de contratos de locação financeira		117.817	157.958
Juros e custos similares		10.791	9.761
Reduções de capital e prestações suplementares		-	400.000
Aquisições de acções (quotas) próprias		128.608	567.719
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u>(127.832)</u>	<u>(567.719)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>202.410</u>	<u>(127.966)</u>
Caixa e seus equivalentes no início do período	9	<u>(202.074)</u>	<u>(74.108)</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do período	9	<u>355</u>	<u>(202.074)</u>

As notas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

**DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005**

(Montantes expressos em Euro)

	Notas	Capital social	Prestações suplementares	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2005	10	250.000	1.000.000	-	(711.195)	65.977	604.782
Aplicação do resultado líquido de 2004:							
Transferência para resultados transitados		-	-	-	65.977	(65.977)	-
Prestações suplementares		-	(400.000)	-	-	-	(400.000)
Resultado líquido do exercício de 2005		-	-	-	-	32.820	32.820
Saldo em 31 de Dezembro de 2005		250.000	600.000	-	(645.218)	32.820	237.602
Aplicação do resultado líquido de 2005:							
Transferência para resultados transitados		-	-	-	32.820	(32.820)	-
Prestações suplementares		-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício de 2006		-	-	-	-	2.319	2.319
Saldo em 31 de Dezembro de 2006		250.000	600.000	-	(612.398)	2.319	239.921

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Técnico Oficial de Contas: Virgílio Manuel Ferreira Marques

O Conselho de Administração: José Pedro Macedo Trindade, José Henrique Pinto dos Santos, Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006  
(Montantes expressos em Euro)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. é uma sociedade anónima, com sede no Porto, constituída em 29 de Outubro de 2001 e que tem como actividade principal a prestação de serviços a empresas e outros agentes económicos, nomeadamente consultoria económica, financeira, de informação, de gestão e de investimento, compras, recursos humanos e sistemas de informação.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC") em vigor em 1 Janeiro de 2006 tal como adoptados pela União Europeia.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de perdas de imparidade.

As depreciações são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados e são imputadas numa base sistemática durante a sua vida útil que é determinada tendo em conta a utilização esperada do activo pela Empresa, do desgaste natural esperado e da sujeição a uma previsível obsolescência técnica.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil média:

Obras em edifícios	10
Equipamento administrativo	3 a 10
Equipamento de transporte	4
Outras imobilizações corpóreas	10

As despesas subsequentes de substituição de componentes de activos fixos incorridas pela Empresa são adicionadas aos respectivos activos corpóreos, sendo o valor líquido das componentes substituídas desses activos abatido e registado como um custo na rubrica de "Outros custos operacionais".

As despesas de conservação e reparação que não aumentam a vida útil, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos das imobilizações corpóreas, são registadas como custo do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da venda do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda (líquido de despesas associadas à venda) e o valor líquido contabilístico na data de alienação, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais". As perdas resultantes do abate do imobilizado corpóreo são igualmente registadas pelo seu valor líquido na demonstração de resultados, como "Outros custos operacionais".

### 2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, se a Empresa as puder controlar e se puder medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e para as quais seja provável que o activo criado irá gerar benefícios económicos futuros são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram com estes critérios são registadas como custo do exercício quando incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Empresa. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente ao período de três a quatro anos.

### 2.4. Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço quando a Empresa se torna parte contratual do respectivo instrumento financeiro.

#### a) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica de "Perdas de imparidade em contas a receber", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros não vencem juros.

#### b) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital

próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos activos da Empresa após dedução dos passivos.

c) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo "custo amortizado". Eventuais despesas com a emissão desses empréstimos são registadas como uma dedução à dívida e reconhecidas, ao longo do período de vida desses empréstimos, de acordo com a taxa de juro efectiva. Os encargos financeiros calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, incluindo prémios a pagar, são contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

d) Contas a pagar

As contas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

e) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" compreende também os descobertos bancários incluídos, no balanço, na rubrica de Outros empréstimos.

2.5. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse. A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do activo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, os juros incluídos no valor das rendas e a amortização do activo, são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

2.6. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

## 2.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de immobilizações corpóreas, são registados nas rubricas "Outros passivos não correntes" e "Outros passivos correntes" sendo reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das immobilizações corpóreas subsidiadas.

Os subsídios à exploração são registados como proveitos do exercício, quando obtidos, independentemente da data do seu recebimento.

## 2.8. Imparidade dos activos não correntes

É efectuada uma avaliação de imparidade à data de cada balanço e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade, registada na demonstração de resultados na rubrica "Outros custos operacionais".

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem indícios de que as perdas de imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas de imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como "Outros proveitos operacionais". Contudo, a reversão da perda de imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.9. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

## 2.10. Rédito e especialização de exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os juros e proveitos financeiros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios e de acordo com a taxa de juro efectiva aplicável.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de "Outros activos correntes" e "Outros passivos correntes", são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

#### 2.11. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) da Empresa, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sua sede.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais da Empresa estão sujeitas a revisão e correcção por parte da Administração Tributária durante um período de quatro anos e deste modo, a situação fiscal dos anos de 2003 e 2006 poderá ainda a vir a ser sujeita a revisão e eventuais correcções. O Conselho de Administração entende que eventuais correcções resultantes de revisão por parte da Administração Tributária à situação fiscal e parafiscal da Empresa, em relação aos exercícios em aberto, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A Empresa está integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS).

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados anualmente e avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e, ou, para reduzir o montante dos impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

#### 2.12. Classificação de balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

Adicionalmente, pela sua natureza, os impostos diferidos activos e as provisões para riscos e encargos são classificados como activos e passivos não correntes.

#### 2.13. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções em outras divisas que não Euro, são registadas às taxas em vigor na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Activos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para Euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração de resultados do exercício, excepto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

#### 2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

#### 2.15. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço ("non adjusting events"), se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

#### 2.16. Indemnizações pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho

Os encargos associados a indemnizações pagas a trabalhadores pela cessação por mútuo acordo de contratos de trabalho são registados no exercício em que o respectivo acordo é concluído. Caso o acordo não seja assinado no mesmo período em que produz efeitos, é constituída uma provisão para fazer face às responsabilidades assumidas pela Empresa.

### 3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORRECÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, não se verificaram alterações significativas de políticas contabilísticas nem a necessidade de proceder à correcção de erros fundamentais.

#### 4. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

	2006				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
<b>Activo bruto:</b>					
Saldo inicial	296.743	150.528	745.915	-	1.193.186
Adições		151.517	113.695	580	265.792
Alienações		(136.578)	(5.162)	-	(141.740)
Saldo final	296.743	165.467	854.448	580	1.317.238
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>					
Saldo inicial	118.696	150.528	452.917	-	722.141
Amortização do exercício	29.675	26.825	148.911	145	205.556
Alienações		(98.678)	(3.661)	-	(102.339)
Saldo final	148.371	78.675	598.167	145	825.358
<b>Valor líquido</b>	148.372	86.792	256.281	435	491.880

	2005				Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	
<b>Activo bruto:</b>					
Saldo inicial	296.743	173.028	672.080	-	1.141.851
Adições	-	-	73.835	-	73.835
Alienações	-	(22.500)	-	-	(22.500)
Saldo final	296.743	150.528	745.915	-	1.193.186
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas</b>					
Saldo inicial	89.022	129.771	287.808	-	506.601
Amortização do exercício	29.674	37.632	165.109	-	232.415
Alienações	-	(16.875)	-	-	(16.875)
Saldo final	118.696	150.528	452.917	-	722.141
<b>Valor líquido</b>	178.047	-	292.998	-	471.045

O saldo de "Edifícios e outras construções" corresponde a despesas com obras nas instalações utilizadas pela Empresa arrendadas a empresa do Grupo onde se insere.

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o valor líquido contabilístico dos bens adquiridos com o recurso a locação financeira totalizava:

	31.12.06	31.12.05
Equipamento de transporte	86.792	-
Equipamento administrativo	152.486	177.146
	239.278	177.146

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a Empresa não tinha hipotecado ou penhorado quaisquer bens de imobilizado como garantia de empréstimos bancários concedidos à Empresa.

## 5. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, o movimento ocorrido nas imobilizações incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foram os seguintes:

	<b>2006</b>			
	<b>Despesas de desenvolvimento</b>	<b>Software</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Activo Bruto:</b>				
Saldo inicial	538.107	170.007	-	708.114
Adições	-	12.235	-	12.235
Saldo final	538.107	182.242	-	720.349
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>				
Saldo inicial	379.936	109.632	-	489.568
Amortização do exercício	79.208	24.214	-	103.422
Saldo final	459.144	133.846	-	592.990
<b>Valor líquido</b>	78.963	48.396	-	127.359
	<b>2005</b>			
	<b>Despesas de desenvolvimento</b>	<b>Software</b>	<b>Outros</b>	<b>Total</b>
<b>Activo Bruto:</b>				
Saldo inicial	538.107	110.468	-	648.575
Adições	-	59.539	-	59.539
Saldo final	538.107	170.007	-	708.114
<b>Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:</b>				
Saldo inicial	300.728	82.952	-	383.680
Amortização do exercício	79.208	26.680	-	105.888
Saldo final	379.936	109.632	-	489.568
<b>Valor líquido</b>	158.171	60.375	-	218.546

A rubrica "Despesas de desenvolvimento" inclui, essencialmente, as despesas incorridas em exercícios anteriores com o desenvolvimento e implementação de um centro de serviços partilhados, incorporando serviços de consultoria prestados por entidades terceiras e trabalhos desenvolvidos pela própria Empresa.

## 6. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	<b>Impostos diferidos activos</b>		<b>Impostos diferidos passivos</b>	
	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Diferença na base tributável do imobilizado	10.386	18.329	17.891	13.743
	10.386	18.329	17.891	13.743

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 foi como segue:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Saldo inicial	4.586	19.882
Efeito em resultados (Nota 25):		
Diferenças em imobilizações incorpóreas	(7.943)	(10.688)
Diferenças em amortização de imobilizado	(3.928)	(4.608)
Alteração da taxa de imposto	(220)	
Sub-total	<u>(12.091)</u>	<u>(15.296)</u>
Saldo final	<u>(7.505)</u>	<u>4.586</u>

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os prejuízos fiscais para os quais não foram registados activos por impostos diferidos por prudência podem ser detalhados como segue:

	<b>2006</b>		<b>2005</b>	
	<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>Data limite de utilização</b>	<b>Prejuízo fiscal</b>	<b>Data limite de utilização</b>
Gerados em 2001	2.084	2007	2.084	2007
	<u>2.084</u>		<u>2.084</u>	

## 7. CLIENTES E OUTRAS DIVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Cientes, conta corrente (Nota 18)	117.204	207.233
	<u>117.204</u>	<u>207.233</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, a rubrica "Outras dívidas de terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Outros devedores	31.446	48.476
Empresas do grupo (Nota 18)	137.835	150.289
	<u>169.281</u>	<u>198.765</u>

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

## 8. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Seguros pagos antecipadamente	4.214	3.000
Rendas a liquidar	12.074	11.825
Outros	175	-
	<u>16.463</u>	<u>14.825</u>

## 9. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 o detalhe de caixa e seus equivalentes era o seguinte:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Numerário	300	300
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>3.256</u>	<u>7.680</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3.556	7.980
Descobertos bancários (Nota 11)	<u>(3.221)</u>	<u>(210.054)</u>
	<u>355</u>	<u>(202.074)</u>

A rubrica de caixa e equivalentes a caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, aplicações de tesouraria e depósitos a prazo com vencimento a menos de três meses, e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante. Em descobertos bancários estão registados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras.

## 10. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2006, o capital social está representado por 250.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 Euro cada uma.

## 11. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 os empréstimos bancários obtidos tinham o seguinte detalhe:

Entidade Financiadora	<u>31.12.06</u>			<u>31.12.05</u>			Última prestação	Periodicidade da amortização
	Limite	Montante utilizado		Limite	Montante utilizado			
		Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente		
IAPMEI	<u>118.432</u>	<u>33.812</u>	<u>84.620</u>	<u>135.339</u>	<u>17.683</u>	<u>117.656</u>	Jun-10	Semestral
		<u>33.812</u>	<u>84.620</u>	<u>135.339</u>	<u>17.683</u>	<u>117.656</u>		
Descobertos bancários		<u>3.221</u>	<u>-</u>		<u>210.054</u>	<u>-</u>		
		<u>37.033</u>	<u>84.620</u>		<u>227.737</u>	<u>117.656</u>		

Os empréstimos são reembolsáveis nos seguintes anos:

	<u>31.12.2006</u>	<u>31.12.2005</u>
2006	-	17.683
2007	33.812	35.366
2008	33.812	35.366
2009	33.812	35.366
2010	<u>16.996</u>	<u>11.558</u>
	<u>118.432</u>	<u>135.339</u>

O empréstimo do IAPMEI foi obtido na sequência da candidatura, referenciada com o nº 00.12194, ao Sistema de Incentivos à Modernização Empresarial (SIME).

Este incentivo reembolsável foi atribuído pelo prazo total de 6 anos, contado a partir da primeira utilização (09/06/2004), e com um período de carência de 2 anos. Está a ser amortizado em semestralidades, tendo-se vencido a 1ª prestação seis meses após o termo do período de carência.

## 12. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>Pagamentos mínimos da locação financeira</b>		<b>Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira</b>	
	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Montantes a pagar por locações financeiras:				
2006	-	117.817	-	114.483
2007	86.699	34.615	81.181	34.080
2008	55.345	3.167	51.529	3.122
2009	52.515	-	50.883	-
2010	13.621	-	13.456	-
Após 2010	-	-	-	-
	<u>208.180</u>	<u>155.599</u>	<u>197.049</u>	<u>151.685</u>
Juros futuros	<u>(11.132)</u>	<u>(3.914)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>197.048</u>	<u>151.685</u>	<u>197.049</u>	<u>151.685</u>
Componente de curto prazo			<u>(81.180)</u>	<u>(114.483)</u>
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			<u>115.869</u>	<u>37.202</u>

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

Em 31 de Dezembro de 2006, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Os contratos de locação financeira respeitam a equipamento de transporte e administrativo.

No quadro acima entende-se que a diferença entre os pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras) e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira (somatório das rendas futuras excluindo o montante de juros) corresponde ao valor de juros a pagar.

## 13. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades da Empresa.

## 14. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS E OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Estado e outros entes públicos" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Imposto sobre o Valor Acrescentado	42.573	53.681
Contribuições para a Segurança Social	20.260	21.388
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	34.784	38.625
	<u>97.617</u>	<u>113.694</u>

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 a rubrica "Outras dívidas a terceiros" tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Outros credores	<u>22.574</u>	<u>1.592</u>
	<u>22.574</u>	<u>1.592</u>

#### 15. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2006 e 2005 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Custos a pagar:		
Remunerações a liquidar	148.885	154.392
Outros custos a pagar	<u>38.983</u>	<u>31.789</u>
	<u>187.868</u>	<u>186.181</u>

#### 16. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Garantias prestadas:		
IAPMEI (Nota 11)	69.716	100.907
	<u>69.716</u>	<u>100.907</u>

#### 17. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2006 a Empresa não tinha assumido compromissos não reflectidos no Balanço.

#### 18. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções efectuados com entidades relacionadas durante os exercícios de 2006 e 2005 podem ser detalhados como segue:

Transacções	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex - Comércio e Serviços, Lda.	201.334	212.613	-	-	-	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	401.809	415.169	1.534	-	-	-
Geotur - Viagens e Turismo, S.A.	343.295	403.941	5.943	11.907	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	306.786	283.240	-	10	-	-
Jardim das Laranjeiras - C.P.Imob., S.A.	-	200	-	-	-	-
Nutriger - SGPS, S.A.	-	410	-	-	-	-
RAR Ambiente, S.A.	-	584	-	-	-	-
RAR - Imobiliária, S.A.	173.442	175.414	126.660	141.900	-	-
RAR Cogeração Unipessoal, Lda.	-	950	-	-	-	-
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	296.293	313.006	28.316	27.165	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	68.938	85.225	22.660	20.769	-	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	222.082	239.457	123	-	997	5.224
RARTransportes, Lda.	64.743	70.348	-	-	-	-
S.Simão da Junqueira – P. T. e I. S.A.	-	100	-	-	-	-
S.A.V. - Soc. Águas de Valadares, Lda.	-	150	-	-	-	-
Socoleste - Soc. Prom. e Inv. Imob., S.A.	-	200	-	-	-	-
Viajes y Turismo de Geotur España, S.L.	7.230	4.898	-	-	-	-
	<b>2.085.952</b>	<b>2.205.905</b>	<b>185.236</b>	<b>201.751</b>	<b>997</b>	<b>5.224</b>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar		Outros montantes a receber/(pagar)	
	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05	31.12.06	31.12.05
Acembex - Comércio e Serviços, Lda.	-	5.919	-	-	(11.809)	-
ColepCCL Portugal – Emb. e Ench., S.A.	7.305	21.210	-	-	-	-
Geotur – Viagens e Turismo, S.A.	23.765	65.969	1.755	-	-	-
Imperial - produtos Alimentares, S.A.	50.865	38.140	141	12	-	-
RAR Imobiliária, S.A.	2.051	19.942	-	-	18.228	-
RAR Mediadora de Seguros, Lda.	-	-	-	-	-	-
RAR – Refin. de Açúcar Reunidas, S.A.	25.910	8.615	3.229	3.942	-	-
RAR – Serv. de Assistência Clínica, Lda.	-	2.797	895	186	(5.021)	-
RAR – Soc. de Controle (Holding), S.A.	4.994	37.311	-	651	1.240	-
RARTransportes, Lda.	-	2.367	-	-	(4.404)	-
SIEL, SGPS, S.A.	-	65	-	-	136.838	150.289
Viajes y Turismo de Geotur España, S.L.	2.314	4.898	-	-	-	-
	117.204	207.233	6.020	4.791	135.072	150.289

A remuneração da Administração pode ser decomposta como segue:

	<b>2006</b>	<b>2005</b>
Remuneração fixa	82.254	80.423
Remuneração variável	35.259	39.300
	<u>117.513</u>	<u>119.723</u>

## 19. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2006 e 2005 foram como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Prestações de serviços:		
Mercado interno (Nota 18)	2.100.670	2.228.684
	<u>2.100.670</u>	<u>2.228.684</u>

## 20. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2006 e 2005 é a seguinte:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Ganhos na alienação de imobilizado corpóreo	6.628	3.875
Subsídios ao investimento	30.094	-
Outros	1.586	289
	<u>38.308</u>	<u>4.164</u>

## 21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2006 e 2005, a rubrica "Fornecimentos e serviços externos" pode ser decomposta da seguinte forma:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Rendas e alugueres	127.222	147.710
Comunicações	23.049	27.184
Deslocações e estadas	33.500	48.265
Honorários	69.930	70.966
Conservação e reparação	56.839	59.647
Trabalhos especializados	134.406	143.914
Outros	86.149	72.916
	<u>531.095</u>	<u>570.602</u>

## 22. CUSTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2006 e 2005, a repartição dos custos com o pessoal é a seguinte:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Remunerações órgãos sociais	103.679	106.300
Remunerações do pessoal	863.029	874.866
Encargos sobre remunerações	208.348	210.109
Encargos com saúde	42.323	38.805
Outros custos com pessoal	113.480	110.393
	<u>1.330.859</u>	<u>1.340.473</u>

Durante os exercícios de 2006 e 2005, o número médio do pessoal foi de 49 e 48, respectivamente.

### 23. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica "Outros custos operacionais" nos exercícios de 2006 e 2005 pode ser detalhada como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Impostos	1.617	876
Perdas na alienação de imobilizado corpóreo	2.440	-
Serviços bancários	559	758
Multas e penalidades	5.312	-
	<u>9.928</u>	<u>1.634</u>

### 24. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros têm a seguinte composição:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
<b>Custos e perdas:</b>		
Juros suportados		
Relativos a descobertos e empréstimos bancários	2.153	1.318
Relativos a contratos de locação financeira	7.654	7.922
	<u>9.807</u>	<u>9.240</u>
Outros custos e perdas financeiras	984	522
	<u>10.791</u>	<u>9.762</u>
Resultados financeiros	<u>(9.719)</u>	<u>(4.530)</u>
	<u>1.072</u>	<u>5.232</u>
<b>Proveitos e ganhos:</b>		
Juros obtidos	1.072	5.232
	<u>1.072</u>	<u>5.232</u>

### 25. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2006 e 2005, são detalhados como segue:

	<b>31.12.06</b>	<b>31.12.05</b>
Imposto corrente	(66.011)	(70.810)
Imposto diferido (Nota 6)	12.091	15.296
	<u>(53.920)</u>	<u>(55.514)</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto com o imposto do exercício é como segue:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
Resultado antes de impostos	(51.601)	(22.694)
Impacto em resultados da aplicação dos IFRS	(45.896)	(55.604)
Resultado base para cálculo de imposto	(97.497)	(78.298)
Reduções:		
Resultados em imobilizado corpóreo	(6.359)	(3.875)
Benefícios fiscais	(155.797)	(199.863)
	<u>(162.156)</u>	<u>(203.738)</u>
Acréscimos:		
Reintegrações e amortizações não aceites como custos	5.958	6.090
Menos-valias contabilísticas	2.440	-
Mais-valias fiscais	1.953	1.797
Outros	13	38
	<u>10.364</u>	<u>7.925</u>
Resultado tributável	(249.289)	(274.111)
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	27,50%	27,50%
Imposto calculado	(68.554)	(75.381)
Tributação autónoma	2.543	4.571
Impostos diferidos	12.091	15.296
Imposto sobre o rendimento	<u>(53.920)</u>	<u>(55.514)</u>

Pelo facto da Empresa estar integrada no grupo de sociedades dominado pela SIEL, SGPS, S.A. (accionista da RAR – Sociedade de Controle (Holding), S.A.) tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupo de Sociedades (RETGS), registou-se em proveitos no exercício de 2006, o montante de 66.011 Euros, por contrapartida de conta a receber da SIEL, SGPS, S.A., relativamente ao seu contributo para o apuramento do lucro do grupo fiscal.

## 26. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.12.06</u>	<u>31.12.05</u>
<b>Resultado</b>		
Resultado para efeito do cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício)	2.319	32.820
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluídos	<u>2.319</u>	<u>32.820</u>
<b>Número de acções</b>		
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico	250.000	250.000
Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído	<u>250.000</u>	<u>250.000</u>

## 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após 31 de Dezembro de 2006 não ocorreram factos relevantes para apresentação.

## 28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Gerência e autorizadas para emissão em 31 de Janeiro de 2007, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

O Conselho de Administração:

José Pedro Macedo Trindade  
José Henrique Pinto dos Santos  
Rui Manuel Cabral Teixeira Bastos

## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2006 que evidencia um total de 936.129 Euros e capitais próprios de 239.921 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.319 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. em 31 de Dezembro de 2006, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

## **RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Ao Accionista Único da  
Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Centrar – Centro de Serviços de Gestão, S.A. (“Empresa”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa.

Acompanhámos a evolução da actividade e os negócios da Empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Empresa todas as informações e esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço em 31 de Dezembro de 2006, as Demonstrações dos resultados por naturezas, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2006 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas que não inclui reservas ou ênfases.

Face ao exposto, somos de opinião que, as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta nele expressa estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovadas em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Empresa o nosso apreço pela colaboração que nos prestaram.

Porto, 31 de Janeiro de 2007

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves